

A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL NO SÉCULO XXI

BRAZIL'S DEFENSE POLICY IN THE 21ST CENTURY

GLAUCO CORBARI CORRÊA¹

RESUMO

O século XXI se descortina marcado por antagonismos e incertezas latentes. Nesse sentido, as nações têm procurado ajustar as suas políticas de defesa com os seus reais interesses no âmbito interno e externo e com o desenvolvimento de capacidades para se contrapor às ameaças emergentes. O Brasil passou, ao longo das últimas duas décadas, por reformulações no que diz respeito à sua Política de Defesa. Recentemente, no ano de 2012, com a emergência do Livro Branco de Defesa Nacional e com as atualizações da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, esta questão parece ter ganhado novo fôlego. O contexto atual, em que o país procura se afirmar como potência regional e se projetar cada vez mais no cenário internacional, reforça a importância do tema. Todavia, o país deve enfrentar alguns desafios importantes no futuro, como a proteção da Amazônia Azul e das reservas de água doce, a condução de grandes eventos e a busca do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a atual situação da Política de Defesa do Brasil, verificar a relevância que lhe é atribuída e inferir a importância que esta Política tem para a Grande Estratégia brasileira.

Palavras-chave: Política de Defesa. Estratégia Nacional. Forças Armadas. Livro Branco de Defesa. Desafios.

ABSTRACT

The XXI century presents itself with antagonistic issues and latent uncertainties. Accordingly, nations have sought to adjust their defense policies to their real interests in the internal and external environment and to the development of capabilities in order to oppose to emerging threats. Brazil has, over the past two decades, gone through reformulations regarding its Defense Policy. Recently, in 2012, with the emergence of the National Defense White Book and with the updates of the National Defense Policy and Strategy, this issue seems to have gained new momentum. The current context in which the country seeks to establish itself as a regional power and be increasingly launched into the international scenario, reinforces the importance of the topic. However, the country must face some important future challenges, as the protection of the Blue Amazon and freshwater resources, the conduction of major events and the quest for a permanent seat in the UN Security Council. In this sense, this work aims at analyzing the current situation of the Brazilian Defense Policy, checking the relevance assigned to it and inferring the importance of this policy to the Great Brazilian Strategy.

Keywords: Defense Policy. National Strategy. Armed Forces. Defense White Book. Challenges.

¹ Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <capcorbari@hotmail.com>

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se tornado um ator internacional de relevância crescente. De forma mais notável, a diplomacia brasileira é considerada um ativo de excelência, instituição fundamental para a projeção do país no exterior. Muito embora o legado diplomático brasileiro seja importante como instrumento de sua inserção externa, os primeiros anos do século XXI chamam atenção para a necessidade de fortalecer as capacidades de projeção internacional do país (TEIXEIRA JÚNIOR; NOBRE, 2010, p. 241). Nesse sentido, um vetor importante de dissuasão e ao mesmo tempo de afirmação internacional do Brasil é aquele relacionado à Defesa.

Segundo Lopes e Vellozo Junior (2004, p. 318), a inserção do Brasil no contexto internacional é um tema controverso, sendo capaz de despertar o interesse dos maiores e melhores pesquisadores. Os debates sobre a inserção internacional do país não devem estar dissociados de uma questão identitária, que diz respeito à edificação de um projeto nacional para o Brasil. A inserção internacional a que se refere não corresponde, portanto, a uma razão de Estado burocrática, mas, antes, aos reais propósitos nacionais, reclamados e respaldados pela sociedade.

Neste âmbito, a Defesa Nacional no Brasil experimenta um momento singular, em que as preocupações acerca dos riscos inerentes à deterioração das capacidades do país nas últimas décadas, bem como da incerteza quanto ao novo papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas após os governos militares, aos poucos se dissipam ante a perspectiva de retomada do interesse de governantes e do segmento civil da sociedade pelo tema. Ao longo das próximas décadas, a participação conjunta dos diferentes setores da sociedade em prol de uma política efetiva e democrática de defesa nacional poderá permitir não apenas assegurar o reequipamento e a ampliação da capacidade operacional das Forças Armadas, mas também o fortalecimento institucional de uma área vital para o futuro do país (NERI, 2012, p. 10), que pretende encontrar um lugar à altura da sua estatura geoeconômica.

Torna-se importante referir que um cenário internacional caracterizado por incertezas influenciará diretamente não só a definição da Política Externa Brasileira, mas também da Política de Defesa. O fenômeno da globalização trouxe consigo o aprofundamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico – e a sua associação nefasta ao crime organizado –, o

tráfico de armas e a pirataria marítima, que põem à prova a capacidade do Estado de se contrapor a elas. De igual maneira, o agravamento da crise econômico-financeira internacional indica uma possível deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos para a paz e segurança no mundo (BRASIL, 2012c).

Pode-se constatar que algumas conquistas nesta área demonstram a crescente importância do tema na agenda de políticas públicas do governo brasileiro, embora um longo caminho ainda necessite ser trilhado (NERI, 2012, p. 9).

Sendo assim, este trabalho pretende analisar a Política de Defesa do Brasil, verificar a relevância que o país lhe atribui e inferir a importância que esta Política tem para a Grande Estratégia brasileira.

Como orientação para o desenvolvimento do presente estudo foi formulada a seguinte Pergunta de Partida (PP): “Qual a importância da Política de Defesa do Brasil para os desafios do século XXI?”. Para operacionalizar a execução do trabalho e responder à PP, foram desenvolvidas as seguintes Perguntas Derivadas (PD): PD 1 - “Qual a atual situação da Política de Defesa brasileira?”; PD 2 - “Quais os principais projetos e capacidades das Forças Armadas brasileiras no âmbito da Política de Defesa do país?”; e PD 3 - “Quais os desafios futuros para a Política de Defesa brasileira no século XXI?”.

Desta forma, procedeu-se ao estudo tendo por base conceitual, ao nível do objeto, diversa bibliografia, estudos, papers, documentos oficiais e teses sobre a Política de Defesa do Brasil, seguindo-se, ao nível do método científico, as bases do procedimento apresentadas por Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt, no livro “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2013).

Neste âmbito, o presente trabalho está articulado em quatro partes distintas, na qual primeira parte realiza um enquadramento conceitual da Política de Defesa de um país.

A segunda parte foca-se na Política de Defesa do Brasil, elencando aspectos importantes de documentos e orientações basilares, como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), bem como apresentando os principais projetos e capacidades das Forças Armadas brasileiras.

Na terceira parte são apresentados desafios futuros nos assuntos de defesa para o Brasil do século XXI.

Por fim, conclui-se sistematizando os aspectos mais relevantes do trabalho e dando a visão particular do autor sobre o tema, que é traduzida pela existência de documentos estruturantes que balizam a Política de Defesa Nacional, com diversos setores da Nação voltados para estudos e projetos nesta área, como as Forças Armadas, por exemplo.

2 POLÍTICA DE DEFESA

Pode-se considerar a Defesa como uma atividade típica de Estado, pois sua missão é constitui-lo e preservá-lo como ator. No contexto histórico, o uso da força militar existe desde tempos longínquos, teve papel importante na constituição do Estado como ator político e continua relevante para a sua preservação (CERON, 2012, p. 48).

Por seu turno, a política de defesa trata com problemas específicos, cuja transferência à iniciativa privada ou a qualquer outro campo da gestão governamental seria inviável, e procura implementar soluções para esses problemas. Muitas vezes, as Forças Armadas, principal instrumento de defesa, estão engajadas em ações características das outras áreas do Governo.

A política de defesa precisa ser entendida sob o prisma dos diferentes campos de conhecimento e das distintas realidades sociais pois, do contrário, pode ser transformada em um emaranhado de ações governamentais incompreensíveis para o cidadão e incapaz de obter o necessário suporte político-administrativo. (ALMEIDA, 2010, p. 222-223)

Pode-se considerar, portanto, a política de defesa como parte importante das políticas de Estado. Particularmente nos estados democráticos, a participação da sociedade nas discussões da política contribui para seu aperfeiçoamento e sua legitimidade. De acordo com Ceron:

A participação da sociedade nas questões de defesa pode ser considerada uma questão de cidadania, pois ao focar sua atenção nos temas governamentais, inclui a defesa. Como nas demais políticas públicas, que dizem respeito a todos os cidadãos e não apenas aos profissionais das respectivas áreas, assim também é a defesa, pois ultrapassa o campo de atuação do estamento militar e se inclui entre outros segmentos da sociedade. (CERON, 2012, p. 71)

Em um contexto democrático, a legitimidade da atuação das Forças Armadas decorre do debate no campo político dos objetivos militares, de modo que essa atuação represente a manifestação dos objetivos políticos do Estado. Nos estados democráticos, esses objetivos devem ser debatidos pelas instituições e, posteriormente, podem ser materializados em um documento público. Nesse âmbito, muitos países servem-se de um documento denominado o “livro branco” (CERON, 2012, p. 56), como é o caso do Brasil e que será apresentado posteriormente.

Outros conceitos importantes são apresentados na PND brasileira. Segundo este documento,

I - Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões

e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2012d, p. 2)

De posse dos conceitos apresentados acima, pode-se inferir que a Política de Defesa de um país está intimamente ligada ao seu povo e envolve não somente as Forças Armadas, mas todos os setores – políticos e administrativos – do Estado, caracterizando-se em uma ferramenta significativa para a consecução dos interesses nacionais.

3 A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

3.1 Considerações iniciais

Nos últimos cinco mandatos presidenciais, o Brasil tem adotado algumas medidas que tinham a pretensão de definir melhor as direções de sua Política de Defesa e seu papel na segurança internacional.

Quase uma década após o fim dos governos militares, o Brasil ainda não possuía uma Política de Defesa integrada e que de fato representasse os anseios da Nação. Os esforços iniciais para produzir uma Política de Defesa Nacional tiveram início em 1995 e envolveram peritos militares e funcionários públicos civis. O resultado foi um documento vago e abrangente em termos de objetivos e orientação estratégica, vindo a ser aprovado em 1996 (LAZZARI, 2009, p. 32). Este documento, embora tenha representado um grande passo, revelou-se insuficiente.

Com a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, iniciou-se um processo de revisão da Política de Defesa Nacional corrente, com a finalidade de substituir o documento de 1996 por uma política mais exequível e abrangente. Tornava-se necessário definir uma Política de Defesa Nacional que fosse capaz de dirigir suas ações na direção de um objetivo comum e contar com a participação civil no processo de implementação de uma “política de defesa nacional sustentável” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a Política de Defesa Nacional foi renovada em 2005, durante o governo do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva. A diferença mais significativa para a versão de 1996 foi a inclusão do conceito de segurança conforme os padrões da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), abrangendo a visão de segurança coletiva e cooperativa (PEREIRA, 2010).

Mesmo com a renovação de 2005, a Política de Defesa brasileira possuía muitos dos traços existentes há duas décadas; ou seja, cada força singular perseguindo seus próprios objetivos sem preocupação com a compatibilidade, coerência, racionalidade e complementaridade de suas ações em relação às

políticas setoriais das demais Forças. Evidência disso era a inconsistência sistêmica entre as estratégias de projeção de poder, da Marinha do Brasil (MB), ocupação territorial, do Exército Brasileiro (EB), e desenvolvimento do poder aeroespacial, da Força Aérea Brasileira (FAB). Sem diretrizes unificadoras claras emanadas dos Poderes Executivo ou Legislativo, a política de defesa permanecia, em tese, uma combinação de iniciativas isoladas cujas hipóteses foram independentemente formuladas de acordo com a análise específica de cada ramo a respeito de suas idiosincrasias e capacidades (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 77-78).

Em dezembro de 2008, foi finalmente publicada a Estratégia Nacional de Defesa. Como tentativa de traçar as pretensões brasileiras nessa área, trazendo transparência e abertura ao debate com a sociedade, propunha, em linhas gerais, reorganizar as Forças Armadas, reestruturar o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa e tratar da composição do efetivo das Forças Armadas (PEREIRA, 2011, p. 42). No entanto, necessitava-se, ainda, de um documento-chave de política que oferecesse a visão do Governo a respeito da defesa.

Nesse contexto, surge o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), lançado em 2012, que visa permitir o acesso ao amplo contexto da estratégia de defesa nacional, em perspectiva de médio e longo prazo, bem como viabilizar o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (BRASIL, 2010).

3.2 Documentos basilares da Política de Defesa do Brasil

O LBDN, a PND (anteriormente chamada de Política de Defesa Nacional) e a END têm por finalidade guiar a reforma e a modernização das Forças Armadas brasileiras nos próximos anos. Os três documentos elaborados pelo governo brasileiro em 2012 receberam, em setembro de 2013, o respaldo do Congresso Nacional (BRASIL, 2013a). Os textos, que já haviam sido aprovados pelo Senado Federal, foram promulgados em 26 de setembro de 2013 (AMORIM, 2014, p. 7).

A PND é o principal documento do governo brasileiro para elaborar suas políticas de defesa do território e estabelece objetivos e diretrizes que devem ser seguidas para equipar e preparar as Forças Armadas. A END é o documento que define os meios para cumprir os alvos traçados na Política de Defesa. O LBDN analisa as perspectivas a médio e longo prazo do setor e busca aumentar a transparência ao publicar dados orçamentários e estratégicos das Forças Armadas.

Segundo o atual Ministro da Defesa brasileiro, embaixador Celso Amorim, a aprovação dos três documentos significa um fato muito importante para a política nacional de segurança, pois mostram - os três documentos - o compromisso do país com os valores democráticos e com a defesa das instituições nacionais, ressaltando que, com a aprovação, os debates a respeito

da segurança nacional não mais permanecerão restritos aos círculos militares e aos mais altos mandatários do país (CONGRESSO..., 2013). Tal afirmação vai ao encontro do que se espera de uma Política de Defesa que envolva toda a sociedade, denotando ainda que o assunto “Defesa” é também um dever de todos os cidadãos.

Os documentos contêm as diretrizes de atuação das Forças Armadas para proteger o país de ameaças externas e detalham a visão do Brasil sobre a defesa, preocupações e riscos e também informações sobre a quantidade de equipamentos bélicos, informações consideradas até então como estratégicas.

A versão atualizada da PND é o principal documento de planejamento da defesa do país. Ele estabelece orientações para o preparo e emprego da capacitação militar em caso de ameaças externas, incluindo o envolvimento dos setores civis, em todos os níveis de poder (BRASIL, 2012d, p. 1).

Resalta-se, na PND, que a existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais – como o narcotráfico e a guerrilha, por exemplo – podem provocar o transbordamento de conflitos de outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas impõe que a defesa do Estado seja vista com prioridade, para preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência (BRASIL, 2012d, p. 4). Nesse âmbito, reforça-se a afirmação do Brasil como potência regional, bem como a sua inserção crescente como ator relevante no cenário internacional.

O documento deixa claro que o planejamento da defesa inclui todas as regiões do Brasil e, em particular, as áreas vitais onde se encontram maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima (BRASIL, 2012d, p. 5).

Quanto às riquezas, evidencia a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de minerais e de biodiversidade. O Atlântico Sul, além da importância estratégica, meio pelo qual se realiza quase a totalidade do comércio exterior, é uma área onde estão as maiores reservas de petróleo e gás e com grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (BRASIL, 2012d, p. 5), caracterizando-se, portanto, em possível alvo de pirataria.

Em relação à ordem internacional, o país defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional (BRASIL, 2012d, p. 6).

O Brasil considera que o terrorismo internacional constitui risco à paz e à segurança mundiais. Atua na comunidade internacional respeitando os princípios constitucionais de autodeterminação, não intervenção e igualdade entre os Estados. Nessas

condições, sob a égide de organismos multilaterais, participa de operações de paz (BRASIL, 2012d, p. 6).²

A análise do ambiente estratégico dá ênfase à instabilidade, à assimetria de poder e às novas ameaças³ à segurança dos Estados. Condena o terrorismo e enfatiza a intensificação da cooperação internacional com os países da América do Sul e da África, assim como os de língua portuguesa (BRASIL, 2012d, p. 6).⁴

Cabe destacar que a PND está alinhada com documentos de fundamental importância para a formulação de políticas de defesa do Brasil, tais como a Constituição Brasileira de 1988 e os 13 compromissos programáticos do atual Governo, particularmente o 13º, que enfatiza questões como a defesa da soberania nacional e a presença ativa e altiva do Brasil no mundo (COLIGAÇÃO..., 2010, p. 22-23).

Por seu turno, o Art. 4º da Constituição indica os princípios das relações internacionais do Brasil. Esses princípios são plenamente atendidos pela PND em vigor, como a independência nacional (inciso I), a defesa da paz (inciso VI), o repúdio ao terrorismo (inciso VIII) e a integração latino-americana (parágrafo único) (BRASIL, 2014a).

Quanto à END, o texto pauta-se por diretrizes, tais como “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”. Segundo esta Estratégia, as Forças Armadas devem “desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras” (BRASIL, 2012b, p. 2).

O documento também coloca os setores nuclear, cibernético e espacial como “estratégicos e

² Um exemplo de sucesso da participação brasileira em missões de paz é a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu a autoridade exercida pela Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelos EUA, em 1º de junho de 2004. O comando do componente militar da MINUSTAH (Force Commander) é exercido, desde então, por um oficial general do EB. O efetivo autorizado para o contingente militar é de 6.700 homens, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai (UNITED NATIONS, 2013).

³ Segundo Piletti (2008, p. 8), no pós-Guerra Fria, um conjunto disperso e múltiplo de fenômenos e atores, predominantemente não estatais e transnacionais, vem se tornando cada vez mais um importante alvo das políticas de segurança norte-americanas e ocidentais, fato este que tem provocado um obscurecimento da tradicional distinção moderna entre conflitos externos e segurança interna. Estes novos atores e fenômenos de caráter não tradicional são definidos na política de defesa dos EUA como as “novas ameaças”. O conceito envolveria atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral, destacando-se, por exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas e o de pessoas.

⁴ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. São atualmente estados-membros da CPLP os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (COMUNIDADE..., 2010).

essenciais para a defesa nacional”. A respeito do perigo de ameaças externas, o texto diz que “convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos”, uma vez que o Brasil não tem rivalidades com nações estrangeiras. Ele também detalha o funcionamento do Estado-Maior Conjunto que, subordinado diretamente ao MD, coordena as Forças Armadas (BRASIL, 2012b).

O LBDN, por sua vez, é um documento por meio do qual se permite o acesso à informação sobre o setor de defesa do país. Ele traz uma análise do contexto estratégico do século XXI para fornecer perspectivas de médio e longo prazo. O Livro atende a uma demanda internacional para evitar tensões, uma vez que vários países têm documentos semelhantes. Vizinhos brasileiros como a Argentina, a Bolívia, a Colômbia, o Chile, o Peru, o Paraguai e o Uruguai e as potências bélicas mundiais como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França, a Rússia e a China têm o documento (BRASIL, 2012c).

O Brasil precisa esclarecer ao mundo quem são seus parceiros estratégicos e aliados e quem não são, qual será a forma de tratamento destinada a cada um desses e quais princípios regem suas relações internacionais. O LBDN é capaz de colocar em pauta esses esclarecimentos. Cabe destacar ainda que o Brasil, em 2008, tomou a iniciativa de criar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)⁵ – no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) –, que tem por objetivos consolidar a América do Sul como zona de paz, construir uma identidade regional em matéria de defesa e produzir consensos para fortalecer a cooperação regional.

3.3 Política de Defesa e Forças Armadas do Brasil

Como já visto anteriormente, a END selecionou três setores como estratégicos: o nuclear, o cibernético e o espacial. A Diretriz Ministerial do MD nº 14/2009 determinou que o setor nuclear ficasse sob a coordenação da Marinha do Brasil (MB), o cibernético com o Exército Brasileiro (EB), e o setor espacial com a Força Aérea Brasileira (FAB) (BRASIL, 2012c, p. 70).

Nos três setores, a prioridade é elevar a capacitação científica e tecnológica do país e preparar os recursos humanos. Em consequência, e, interligados com os setores estratégicos acima, diversos projetos estão sendo desenvolvidos nos três ramos das Forças Armadas, sendo que alguns serão destacados a partir de agora.

3.3.1 Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil conta, atualmente, com

5 O CDS deve ser estruturado em quatro eixos: políticas de defesa; cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; indústria e tecnologia de defesa; e formação e capacitação (D'ARAUJO, 2010, p. 98). Além disso, o CDS é também a tentativa de se tratar os problemas de segurança da região sob o ponto de vista sul-americano, afastando a ingerência de organismos e potências extrarregionais, além de, pela primeira vez, destacar a necessidade da integração das indústrias de defesa dos países constituintes (SILVA, 2012, p. 172).

um efetivo aproximado de 60 mil militares. Desde 1979, contribui para o Programa Nuclear Brasileiro, tendo alcançado total domínio sobre o ciclo de combustível nuclear. Parte essencial do Programa Nuclear da Marinha é a construção do reator para o submarino brasileiro de propulsão nuclear, o qual elevará, consideravelmente, a capacidade de defesa do Brasil no Atlântico Sul. Cabe destacar que o Programa Nuclear da Marinha é um dos projetos prioritários da MB inseridos no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa do MD (BRASIL, 2012c).

O Programa Nuclear da Marinha e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)⁶ estão intimamente ligados. A exequibilidade do PROSUB depende do desenvolvimento do sistema de propulsão nuclear, foco do Programa Nuclear.

Outro projeto da MB é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ),⁷ que foi concebido para ser um sistema de monitoramento e controle relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro.

Destaca-se, ainda, como importante elemento dissuasório e de projeção de poder – e ligado à Política de Defesa do Brasil – a existência do Navio-Aeródromo São Paulo (A-12), que se caracteriza em um porta-aviões adquirido da França e incorporado à MB no ano de 2000.

3.3.2 Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro conta, hoje, com um efetivo aproximado de 200 mil militares (BRASIL, 2012c, p. 123); todavia, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, no dia 25 de setembro de 2013, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 4370/12 do Poder Executivo, que permite o aumento em 31.358 do número de integrantes do Exército. Pelo texto, poderão ser criados 14.014 cargos de oficiais e 17.344 de subtenentes e sargentos. Esses novos militares deverão ser incorporados gradativamente ao EB entre 2013 e 2030, de acordo com um planejamento anual (CÂMARA..., 2013).

Quanto ao setor cibernético, de responsabilidade do EB, o seu propósito é conferir confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam em suas redes, os quais são processados e armazenados. Esse projeto representa um esforço

6 O PROSUB inclui o lançamento ao mar, a partir de 2016, de quatro submarinos convencionais “Scorpène” e, a partir de 2022, um de propulsão nuclear; a construção de base naval específica; e a continuidade do Programa de Modernização de Submarinos (MODSUB) para as cinco unidades convencionais das classes “Tupi” e “Tikuna” (BRASIL, 2012c, p. 103)

7 A região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil tem direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração corresponde às águas jurisdicionais. Recebeu recentemente a denominação Amazônia Azul, cuja área é equivalente à da Amazônia Verde brasileira. Sob essa região, estão abrangidas as reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, tão importantes para o desenvolvimento do País. Daí a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, assim como dos incidentes na área de vigilância marítima sob a responsabilidade do Brasil (BRASIL, 2012c, p. 21).

de longo prazo, que influenciará positivamente as áreas operacional e de ciência e tecnologia.

O Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber)⁸ vem somar esforços com as organizações governamentais já existentes e busca, dentre outros aspectos: a melhoria da capacitação dos recursos humanos; a atualização doutrinária; o fortalecimento da segurança; as respostas a incidentes de redes; a incorporação de lições aprendidas; e a proteção contra ataques cibernéticos (BRASIL, 2012c). A proposta de “Defesa Cibernética” teve grande destaque durante a Conferência das Nações Unidas, também chamada de “Rio + 20”, em 2012. Ataques maliciosos derrubaram a página do G20 no México e não obtiveram êxito na rede desenvolvida pelo EB, durante o evento (BRASIL, 2012a).

O Exército Brasileiro, coerente com a evolução dinâmica da conjuntura, iniciou um Processo de Transformação, que será contínuo e orientado por um Projeto de Força (PROFORÇA). O Processo e o Projeto estão inseridos no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx).

A partir da END, o Estado-Maior do Exército realizou um diagnóstico da Força Terrestre e propôs ações para sua adequação às novas demandas do Estado e da sociedade brasileira, que resultaram na Estratégia Braço Forte (BRASIL, 2012c, p. 125).

Alinhado com o Processo de Transformação, um dos projetos prioritários do EB é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que está em consonância com as diretrizes da END. Com base no trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, este projeto permitirá à Força Terrestre manter as fronteiras monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região amazônica (BRASIL, 2012a).

Outro projeto é o Sistema de Defesa Antiaérea, que pretende dotar o Brasil de meios terrestres (radares, viaturas e centros de operação) e contribuir com o Sistema de Defesa Aeroespacial (BRASIL, 2012a).

O “Astros 2020” é um projeto que visa atender a uma demanda específica em termos estratégicos do EB, que consiste em prover a Força Terrestre com meios de apoio de fogo com elevada capacidade de dissuasão, através do desenvolvimento nacional de um míssil com alcance de até 300 km. O Exército contará com dois Grupos de Lançadores de Mísseis e Foguetes (BRASIL, 2012c, p. 202).

Outro projeto importante em andamento é o “Guarani”, cuja finalidade é substituir as viaturas Urutu e Cascavel, dotando o EB de meios mais modernos. O projeto prevê a aquisição de 2.044 viaturas blindadas de

transporte de pessoal (VBTP) Guarani, de concepção brasileira (BRASIL, 2012c, p. 200).

Já o projeto “Proteger” visa implantar no EB o Sistema Integrado de Proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres, de forma a ampliar as capacidades da instituição para a proteção da sociedade. Dentre as estruturas a serem protegidas, destacam-se: energia, comunicações, águas, transportes, finanças, setor nuclear, setor cibernético, setor espacial e ativos da informação. Em termos de comparação com os países que fazem parte do BRICS,⁹ o Brasil é o único que ainda não dispõe de um sistema integrado de proteção de infraestruturas críticas (BRASIL, 2012a).

3.3.3 Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira conta, atualmente, com um efetivo aproximado de 67 mil militares (BRASIL, 2012c, p. 146).

O Veículo Lançador de Satélite (VLS) é o principal projeto espacial e requer maior investimento. O Instituto de Aeronáutica e Espaço, integrante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, vem desenvolvendo, desde 1966, uma família de foguetes de sondagem da série Sonda. O aperfeiçoamento crescente da tecnologia espacial permitiu o desenvolvimento do VLS. Além dele, outros produtos espaciais foram desenvolvidos pela Indústria Nacional de Defesa ou em cooperação com a internacional (BRASIL, 2012c).

O projeto “Capacitação Operacional da FAB” tem por objetivos otimizar os processos, sistemas e atividades operacionais, bem como realizar o aparelhamento operacional da Força. Nesse âmbito, há o programa “FX-2”, que consiste na aquisição de 36 caças multimissão para substituir os Mirage 2000 (BRASIL, 2012a). O projeto teve sua fase de avaliações para o processo de seleção concluída, sendo que no dia 18 de dezembro de 2013 o Governo brasileiro anunciou a compra de 36 caças supersônicos do modelo sueco Gripen. A escolha foi objeto de estudos e ponderação muito cuidadosa, tendo sido levado em conta performance, transferência efetiva de tecnologia e custo, não só de aquisição, mas de custeio (manutenção). A escolha se baseou no melhor equilíbrio desses três fatores (BRAGA; PASSARINHO, 2013).

4 DESAFIOS FUTUROS PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

Diante dos aspectos apresentados anteriormente, é possível notar que ainda há necessidade

⁸ No dia 6 de agosto de 2010, foi ativado o Núcleo do Centro de Defesa Cibernética, tendo como atribuição a coordenação das atividades do setor cibernético no Exército. A criação dos projetos deu-se em 5 (cinco) áreas de interesse: doutrina, inteligência, operações, recursos humanos e ciência e tecnologia. O setor cibernético está sendo implantado como um projeto estratégico da Força Terrestre, seguindo toda uma documentação de implantação com orientações emanadas do Estado-Maior do Exército (BRASIL, 2013b).

⁹ A ideia dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à Política Externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS (BRASIL, 2013c).

de amadurecimento e consolidação dos novos rumos da Política de Defesa brasileira, no intuito de preparar o país para os inúmeros desafios que hão de descortinar durante este século.

A atuação do Brasil no campo da Defesa apresenta um cenário sem inimigos imediatos, tampouco de envolvimento em conflitos armados, o que não elimina o cuidado com as questões de defesa, uma vez que o país tem muitos interesses a preservar. Nesse contexto, a atuação das FA brasileiras visa à defesa do Estado, de suas riquezas naturais, da região amazônica, da camada do pré-sal,¹⁰ das reservas de água doce (aquíferos Guarani e Alter do Chão),¹¹ da população, do território, além de atuar em ações humanitárias a critério do poder político (CERON, 2012, p. 61).

Ao analisarem-se os segmentos marítimos brasileiros e suas projeções, observa-se que o Brasil tem forte vinculação com o mar, com aspectos tanto políticos quanto econômicos, o que o leva a exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul, que se constitui em uma das importantes áreas do entorno geopolítico imediato brasileiro.¹² A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa (BRASIL, 2012c, p. 21). Daí decorre a necessidade de se ter uma Marinha muito bem equipada, treinada e que busque a otimização da interoperabilidade.

O terrorismo deve também estar na pauta de assuntos prioritários de defesa no Brasil. Ainda que haja setores da sociedade que defendam que o país não é alvo de organizações terroristas, convém lembrar que os brasileiros receberão em seu território delegações de países que o são, em todos os grandes eventos previstos para os próximos anos, particularmente a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas e Paralimpíadas (2016) (GONÇALVES, 2012, p. 308).

Para o Brasil, o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é hoje uma questão crítica e um grande desafio. Esta conquista permitiria, dentre outros aspectos: o fortalecimento da sua posição no cenário internacional; o credenciamento

para tomar parte nas principais discussões sobre segurança internacional; mais acesso a informações; uma defesa sem intermediários do interesse nacional; uma melhor interlocução diplomática; e, mais importante, influenciar o rumo das práticas que balizarão a convivência internacional, tomando como premissa que ao Conselho caberá papel maior como instância de legitimação das relações internacionais futuras (LOPES; VELLOZO JUNIOR, 2004, p. 340).

Para atingir o seu intento, o Brasil conta com alguns pontos positivos, dentre os quais se citam: a considerável contribuição para o orçamento regular da ONU; a liderança no contexto latino-americano; o apoio diplomático (embora não ostensivo) de Rússia, França e Reino Unido - três dos cinco membros permanentes atuais - às bandeiras reformistas; a participação pregressa em várias missões de paz da ONU ao longo dos anos, ainda que em bases seletivas e não sistemáticas; e, historicamente, o fato de ter conferido à ONU papel sempre destacado em sua orientação política internacional (LOPES; VELLOZO JUNIOR, 2004, p. 340).

Mesmo diante deste quadro, o desafio para o Brasil ainda é grande. Segundo Rosi (2012, p. 66), a busca de uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um caso chave da política externa brasileira.

Assim como os demais Estados, especialmente grandes potências, o Brasil busca poder e, se possível hegemonia. Mas esse não é um cenário realizável, ao menos por hora. Ainda que invista em ampliar sua capacidade militar diante dos rivais no continente sul-americano, o Brasil não pode ter esperança de rivalizar com os EUA em um futuro próximo. Uma saída para o Brasil, arduamente buscada na administração Lula, é a ampliação de poder através de organismos e outras instituições internacionais. (ROSI, 2012, p. 65)

Ao ocupar esta posição de relevo, o Brasil estaria apto a “jogar” com mais peso e relevância no tabuleiro estratégico das decisões mundiais.

Outro grande desafio para os próximos anos é o fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa. A perspectiva de expansão da demanda por produtos estratégicos de defesa oferece uma excelente oportunidade para o desenvolvimento e fortalecimento da Base Industrial de Defesa. Há, contudo, desafios destacados no Plano Brasil Maior¹³ e na END para

¹⁰ O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas em águas ultraprofundas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000 m. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros (PETROBRAS, 2014).

¹¹ O Aquífero Guarani está entre as maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo e estende-se, em cerca de 70% de sua totalidade, pelo território brasileiro (840 mil km²). Com um reservatório de água de capacidade estimada em 45 mil km³, representa uma fonte de abastecimento da população e de desenvolvimento de atividades econômicas. O Aquífero Alter do Chão, localizado sob a maior bacia do mundo (rio Amazonas), se estende com um volume potencial estimado em 86 mil km³ (BRASIL, 2012c, p. 19).

¹² O entorno geopolítico imediato brasileiro é constituído pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África (BRASIL, 2012c, p. 16).

¹³ O Plano Brasil Maior é a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo da Presidenta Dilma Rousseff. Surge em um contexto conturbado da economia mundial. De um lado os países desenvolvidos mergulhados em uma crise sem precedentes desde a Grande Depressão de 1929, podendo levar o mundo para uma crise sistêmica. De outro, o vigor econômico dos países emergentes, liderados pelo crescimento chinês, tem garantido o crescimento mundial e evitado o desastre. O desafio do Plano Brasil Maior é, portanto, colossal: 1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança

acompanhar a expansão da demanda e consolidar de forma competitiva a Indústria Nacional de Defesa: aumentar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação; expandir a participação nos mercados interno e externo; e fortalecer a cadeia de fornecedores no Brasil (BRASIL, 2012c, p. 219). Além disso, seria importante a busca pelo domínio de tecnologias de emprego dual, que favoreceria a utilização para fins militares e não militares.

A Grande Estratégia do Brasil, que busca, dentre outros aspectos, a estabilidade do entorno estratégico, a multipolaridade, o multilateralismo, a integração regional e uma inserção soberana no contexto da nova ordem mundial e da governança global, não poderá abrir mão de uma Política de Defesa capaz de interagir instrumentos de cooperação e alianças com projeção de poder e dissuasão. Sobre esta questão, o Ministro Celso Amorim afirma:

O Brasil é um país que vem crescendo, com inclusão social e projeção internacional, em um contexto de plenas liberdades democráticas. Para fazer frente aos desafios externos que o aguardam nessa etapa histórica, o Brasil deve se pautar por uma **grande estratégia**, em que a política de defesa e a política externa se conjuguem para prover a paz. [...] É fundamental que o Brasil se cerque de um cinturão de paz e boa vontade em todo seu entorno estratégico. [...] Ao mesmo tempo, o país precisa estar pronto para se defender contra ameaças oriundas de outros quadrantes. Deve-se construir adequadas capacidades dissuasórias no mar, em terra e no ar. Isto é essencial para desestimular eventuais agressões à soberania brasileira e, desta forma, respaldar a inserção pacífica do Brasil no mundo. O Brasil tem, ainda, um compromisso direto com a paz mundial, que tem sido exercido por meio da participação em missões de paz das Nações Unidas. Esta é uma dimensão importante de uma **grande estratégia** voltada para a construção de um mundo mais estável e justo. Esses objetivos requerem forças armadas aprestadas, modernas e integradas. E exigem também uma reflexão contínua e de qualidade sobre o papel do país no mundo e sobre como a política de defesa brasileira pode ajudar nessa realização. (AMORIM, 2014, p. 7-8, grifo do autor)

Talvez a utilização mais direcionada e eficaz do *smart power*¹⁴ seja uma boa solução para vencer os desafios apresentados acima. De acordo com Pinto (2011,

estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho (BRASIL, 2014b).

14 As estratégias ligam os meios aos fins, e as que combinam as fontes de hard power (uso da força, pagamentos e algum estabelecimento de objetivos com base neles) e soft power (capacidade de afetar os outros através dos meios de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e a atenção positiva com o intuito de obter os resultados desejados) com êxito em contextos diversos são a chave do smart power (NYE, 2012, p. 39-41).

p. 2), a estratégia da política externa brasileira nos últimos anos tem evidenciado uma vontade latente de projeção internacional e liderança regional. No entanto, os modelos como essa projeção e liderança foram alicerçados revelam uma alteração nos padrões tradicionais de influência internacional (que privilegia a imposição da vontade dos atores mais fortes sobre os mais fracos), fazendo emergir uma maior cooperação e interdependência entre os Estados, na busca por cooptar parceiros em vez de coagi-los, vindo a caracterizar a essência do *smart power* brasileiro.

5 CONCLUSÃO

A Política de Defesa do Brasil tem passado por importantes transformações a partir da elaboração da Política de Defesa Nacional em 1995. Um grande e importante passo foi dado com a publicação e/ou atualização de documentos-base da defesa nacional. No entanto, o que deve ser buscado é a transformação da apatia da política e da sociedade em ações concretas, permitindo que as Forças Armadas desenvolvam capacidades para atuar de forma eficaz, bem preparada e equipada, frente aos desafios impostos pela Política Nacional de Defesa. Também é importante que a sociedade seja esclarecida sobre o assunto, de modo que entenda que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros e não somente das suas Forças Armadas.

Os principais projetos das Forças Armadas brasileiras têm encontrado preocupação, particularmente da esfera da Defesa, no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades para salvaguardar os interesses do país e na dedicação aos setores elencados como estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial. Importa destacar que é preciso buscar mecanismos para uma efetiva coordenação diplomático-militar, além de uma melhor compreensão das potencialidades de utilização das Forças Armadas como elemento de respaldo da Política Externa Brasileira.

Para o futuro da Política de Defesa brasileira, particularmente no século XXI, há situações que podem fazer emergir fragilidades e deficiências dos aspectos de defesa do Brasil ou, por outro lado, projetar positivamente o país no cenário internacional. Um desses grandes desafios é a conquista do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja consecução poderia alçar o País a um novo patamar de influência mundial.

A condução de maneira exemplar e sem impactos negativos – internos e externos – dos grandes eventos que se avizinham caracteriza-se, também, como fator chave para reforçar a imagem do Brasil no exterior.

Destaca-se, ainda, como repto do novo século, a necessidade de preservação dos interesses brasileiros no seu entorno estratégico, nomeadamente o Atlântico Sul e as riquezas da camada do pré-sal.

É importante referir que o assunto Defesa

possui pouco apelo e interesse por parte da sociedade em geral. Além disso, apresenta reduzido atrativo político e não é culturalmente estudado. Nesse sentido, há ainda resistências em setores de diferentes níveis do país no entendimento de que a defesa é um dever de todos os brasileiros. Apesar dos ganhos nessa área nos últimos anos, é preciso socializar ainda mais o debate e desenvolver uma mentalidade de defesa em todos os âmbitos da Nação.

O século XXI se apresenta com inúmeros desafios e ameaças difusas. O mínimo que se espera de um país é possuir uma Política de Defesa Nacional sólida, com comprometimento de todos e do tamanho da estatura político-estratégica que se almeja no concerto das nações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. W. de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 220-250, jun. 2010.
- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009a.
- _____. _____. Resenha de: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; NOBRE, Fábio R. F. **Política Hoje**, Recife, v. 19, n. 1, p. 241-250, 2010.
- AMORIM, C. Prefácio. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. p. 7-8.
- BRAGA, J.; PASSARINHO, N. Governo anuncia compra de 36 caças suecos Gripen por US\$ 4,5 bilhões. **GI**, São Paulo, 19 dez. 2013. Seção Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/12/governo-anuncia-compra-de-36-cacas-suecos-do-modelo-gripen.html>>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefBras.asp>>. Acesso em: 15 mar. 14.
- _____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 164, 26 ago. 2010. Seção I, p. 1.
- _____. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/projetos-estrategicos-do-exercito-brasileiro>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012d. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- _____. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/451826-CAMARA-APROVA-POLITICA-NACIONAL-DE-DEFESA.html>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- _____. Departamento de Ciência e Tecnologia. Centro de Defesa Cibernética do Exército. **Histórico do Centro de Defesa Cibernética do Exército**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.dct.eb.mil.br/index.php/2013-02-01-13-23-38>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014. Brasília, DF, 2014a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 14 fev. 2014.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior: inovar para competir. Competir para crescer**, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- CÂMARA aprova aumento de 31 mil integrantes no efetivo do Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 set. 2013. Seção País. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/camara-aprova-aumento-de-31-mil-integrantes-no-efetivo-do-exercito-10143900>>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- CERON, A. B. **Informação e política de defesa: o debate da defesa no Brasil após 1988**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://deputados-democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2014.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Objectivos.** Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

CONGRESSO aprova nova política de Defesa para o Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2013. Seção Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1408027>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

D'ARAÚJO, M. C. **Militares, democracia e desenvolvimento:** Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GONÇALVES, J. B. Brasil, serviços secretos e relações internacionais: conhecendo um pouco mais sobre o grande jogo. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI:** política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 295-316.

LAZZARI, P. **A política brasileira de segurança internacional no governo Luiz Inácio Lula da Silva.** 2009. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOPES, D. B.; VELLOZO JUNIOR, J. Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 317-353, jul./dez. 2004.

NERI, M. C. Apresentação. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI:** política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 9-10.

NYE, J. S. **O futuro do poder.** Tradução de Luís Oliveira Santos. Lisboa: Temas e Debates, 2012. 317 p.

PEREIRA, P. R. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa: um processo não linear. **Mundorama**, Brasília, DF, 1 dez. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/12/01/politica-de-defesa-nacional-estrategia-nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

PEREIRA, P. R. O que precede o Livro Branco de Defesa Nacional brasileiro? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 33-49, jan./jun. 2011.

PETROBRAS. **Pré-sal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia:** o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTO, D. J. A. Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais; Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100061&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 15 mar. 2014.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Tradução de João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013. 282 p.

ROSI, B. G. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas no Governo Dilma. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 11, p. 58-69, abr./maio 2012.

SILVA, F. J. S. S. e. O poder militar brasileiro como instrumento de política externa. In: SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de (Org.). **Defesa nacional para o século XXI:** política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. p. 149-181.

UNITED NATIONS. **United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH).** New York, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/index.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

Recebido em 16 de fevereiro de 2014

Aprovado em 19 de março de 2014